Parte III - Desenvolvimento e Subdesenvolvimento
**Capítulo IX - Celso Furtado e o processo de
desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia:
estruturas, decisões e estratégias**

Carlos Antônio Brandão

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

BRANDÃO, C. A. Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. *Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)*: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 171-193. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4.
<https://doi.org/10.7476/9786586221695.0011>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Capítulo IX

Celso Furtado e o processo de desenvolvimento-subdesenvolvido visto da periferia: estruturas, decisões e estratégias

Carlos Antônio Brandão¹

“A miséria de grande parte da população não encontra outra explicação que a resistência das classes dominantes a toda mudança capaz de pôr em risco seus privilégios” (Furtado, 1968).

Introdução

Celso Furtado (1920-2004), em seu centenário, continua um autor fundamental para tentarmos entender nosso complexo e sofrido país. Como um dos principais intérpretes do Brasil (ao lado de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr.), construiu um sistema teórico-metodológico próprio e totalmente singular. Esse arcabouço analítico, dotado de grande consistência, relativamente simples, em aberto e dialógico, pode e deve ter múltiplos interlocutores.

Embora singular, seu esquema teórico foi concebido e evoluiu a

¹ Professor Titular do IPPUR/UFRJ. Doutor, Livre Docente e Professor Titular pelo Instituto de Economia da Unicamp. Pós-doutor pela Universidade British Columbia e pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Bolsista do CNPq. Coordenador do site www.interpretesdobrasil.org. Coordenador do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional do Centro Internacional Celso Furtado. E-mail: brandaoufrj@gmail.com.

partir do contato com um largo espectro de autores heterodoxos, tais como Max Weber, Karl Marx, Friedrich List, Tönnies, Simmel, Sombart, Schumpeter, Keynes, Prebisch, Perroux, Myrdal e Hirschman, dentre outros.

Mas o próprio Furtado, em seus autorretratos intelectuais que produziu, apontou sua trajetória e procurou detalhar quais intelectuais foram os inspiradores para a constituição de seu original aparato conceitual. Além das paixões na adolescência pela história e pela literatura, suas três fontes primárias de referência intelectual, segundo ele, são: 1) o Positivismo, as ideias de “primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior assume a forma de conhecimento científico, a ligação entre conhecimento e progresso”; 2) o Marxismo (“como um subproduto do interesse pela História”) “a busca de um sentido para a História”, ainda mais necessária em uma ambiência de “tempo parado”, de impasses e imobilismo. “Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, ao mesmo tempo desembocava sobre uma responsabilidade moral”; 3) a Sociologia americana, em particular da teoria antropológica da cultura e o aporte instrumental e metodológico, além da liberdade interpretativa de Gilberto Freyre. Além dessas influências, caberia lembrar o papel em seu esquema interpretativo das contribuições de Karl Mannheim, sobre o processo de planejamento enquanto técnica social, com potencial para ampliar o nível de “racionalidade das decisões que comandam processos sociais, evitando que surjam processos cumulativos e não-reversíveis em direções indesejadas”.

Procuraremos neste capítulo apresentar, sucintamente, esse sistema e suas potencialidades para a análise da atualidade, discutindo como Celso Furtado concebeu a mais robusta reflexão crítica sobre o processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento sob o capitalismo que já se formulou no debate mundial.

Esse grande intérprete latino-americano é atualíssimo, pois procurava demonstrar que as forças políticas e econômicas retrógradas que procuram perpetuar o atraso estrutural da situação de subdesenvolvimento devem ser enfrentadas cotidianamente. Ao mesmo tempo, defendia que quando se fala em desenvolvimento, no adequado sentido que ele desenvolveu de um processo de “alargamento dos horizontes de possibilidades”, se está falando necessariamente da construção de ações políticas dismanteladoras de dinâmicas e estruturas que representam e recrudescem o atraso econômico e político e na realização de decisões

estratégicas que logrem engendrar novas trajetórias alternativas.

No centro de sua interpretação do processo de desenvolvimento-subdesenvolvimento está um rico arcabouço teórico sobre estruturas, decisões e estratégias, que busca apreender as especificidades da condição periférica.

Um esquema de análise fundado em Estruturas, Decisões e Estratégias

Ao se analisar o esquema teórico de Celso Furtado, avalio que se deveria atentar para a consistência das problemáticas levantadas e estruturadas por ele e tentar perceber quais as determinações que ele depura e hierarquiza em seu plano de estudos e pesquisas. O processo de subdesenvolvimento é localizado, por ele, em um quadro analítico bastante complexo, que procuramos sintetizar em seguida, que tem por base concepções muito particulares de Estruturas, Decisões e Estratégias.

Uma forma de ter uma visão panorâmica é averiguar os principais pontos de sua agenda de pesquisas (resumidas nos quadros abaixo), que ficou expressa no anexo de seu livro “Prefacio a nova economia política”, com o título de “Tábua da Matéria Sugerida”², em que ele dizia ser o prefácio do “livro que não existe (...)”, que deve sair em busca de uma teoria social global, na qual se entronquem (...) a teoria das decisões intertemporais, a teoria da estratificação social e a teoria do poder” (FURTADO, 1976: 11).

Resumo da Agenda de Pesquisa de Celso Furtado*

A divisão social do trabalho e a emergência de um horizonte de opções sociais. Diferenciação de atividades sociais. Criação do excedente social. Emergência e institucionalização das desigualdades de acesso ao produto do trabalho social. Reprodução do sistema de dominação social. Base patrimonial do poder.

As decisões dos agentes individuais concebidas no seu contexto social. A produção econômica não pode ser entendida se a considerarmos isoladamente do sistema de valores que está na base da integração social e permite que o sistema de poder alcance a eficácia necessária para se manter. A apropriação do excedente social como

2 Reproduzido em Furtado (2013).

expressão do sistema de dominação social. A estratificação social. A organização do sistema de produção como reflexo do nível alcançado pela acumulação e da estrutura social. A estrutura do sistema de produção. A divisão intertemporal do trabalho e a diferenciação do sistema de produção entre setores destinados à produção de bens finais de consumo e à produção de bens intermediários. Interdependência das atividades econômicas. Economias externas e de aglomeração. A produtividade como fenômeno social, relativo ao conjunto do sistema produtivo. Do especulador mercantil ao empresário da produção. A racionalidade do empresário.

A distribuição da renda e suas relações com a estrutura patrimonial. A matriz institucional do sistema de dominação social. O regime de propriedade. O sistema fundiário. A propriedade imobiliária. O controle do sistema de decisões. As distintas formas de capital financeiro. A concentração do capital financeiro.

Reprodução do excedente entre consumo corrente, acumulação improdutiva e acumulação reprodutiva. Seus reflexos na estrutura social, na intensidade da acumulação e na orientação do progresso técnico assimilado.

A acumulação nas atividades produtivas como resultado de decisões intertemporais na utilização do excedente.

A grande empresa transnacional e suas relações com os estados nacionais

A participação do Estado no processo de acumulação, tanto destinada a reproduzir a estrutura social como a aumentar a produtividade.

A modernização e a aculturação carregadas pela dependência externa.

Todo desenvolvimento possui um conteúdo, uma dimensão substantiva, instilados pelos objetivos da vida social.

(*) Excertos da “Tábua da Matéria Sugerida” Furtado (1976).

Apesar deste projeto empreendido por Furtado ser bastante ambicioso teoricamente, ele não almeja construir formulações abstratas e gerais, buscando uma teorização cientificista e desconectada da historicidade dos processos reais-concretos inerentes ao desenvolvimento.

Seria impossível, ou sem sentido, segundo nosso autor, a busca de uma teoria geral e em alto nível de abstração (“pronta e acabada”) do processo de desenvolvimento capitalista. Seria preciso aprender a investigar e a realizar um balanço adequado das *recorrências*, *persistências* e das *rupturas* e *transformações* ao longo de um processo histórico, sem linearidades.

Seria irrelevante procurar “generalizar a marcha da história”, como queria Rostow [1959]. Segundo essa visão conservadora, que Celso Furtado e a Cepal tanto combateram, há sequências regulares e predefinidas, cujo seguimento linear, no tempo e no espaço, de eventos e fenômenos consecutivos, claramente caracterizados, está claramente ordenado. O ainda não-desenvolvimento seria uma etapa ou fase, um mero estágio que todos os países viveram ou viveriam necessariamente e que seria naturalmente superado, com o transcorrer do tempo. Na visão sincrônica e etapista, há a possibilidade de repetição dos ciclos percorridos por outros países. *Não há hierarquias* nas relações internacionais. Não importa ver a posicionalidade, o lugar *específico que ocupam* os espaços periféricos *no conjunto do sistema*. Portanto, na visão conservadora, não há espaço analítico para se pensar a posição periférica e complementar, que é a situação subdesenvolvida.

Assim, como pode ser visto no esquema analítico furtadiano, sintetizado na próxima página, era preciso olhar a história, buscando apreender a diacronia dos processos concretos, nem todas explicadas por meros fatores econômicos. Ter uma perspectiva analítica de que construir as determinações adequadas (e hierarquizá-las) é o grande desafio da pesquisa na área social, requerendo a construção das requeridas mediações históricas.

Quadro-Síntese do Pensamento de Celso Furtado

Três Grandes Influências Intelectuais e outras	Duas Formas Básicas de Apropriação do Excedente Social	Três Processos Históricos de Transformação Social	Quatro possibilidades quanto à Natureza dos Vínculos entre o Centro e a Periferia	Três Vias de Superação do Subdesenvolvimento
<p>1) Positivismo</p> <p>2) Marxismo</p> <p>3) Sociologia Americana</p> <p>Outras influências: Mannheim, List, Schumpeter, Keynes, Prebisch, Perroux, Myrdal, Hirschman etc.</p>	<p>1) Forma de Extração Autoritária;</p> <p>2) Forma de Extração Mercantil.</p>	<p>1) Ampliação e Complexificação do Núcleo Inicial;</p> <p>2) Ocupação dos Territórios de Clima Temperado, de Baixa Densidade Demográfica;</p> <p>3) Ampliação dos Circuitos Comerciais conduzindo à Formação de um Sistema de Divisão Internacional do Trabalho.</p>	<p>1) Apropriação do Excedente Exclusivamente em Benefício do Centro;</p> <p>2) Apropriação do Excedente por um Segmento da Classe Dominante Local;</p> <p>3) Apropriação de Parte do Excedente por Grupos Locais que o utilizam para ampliar a própria esfera de ação;</p> <p>4) Apropriação do Excedente pelo Estado.</p>	<p>1) Coletivização dos Meios de Produção;</p> <p>2) Prioridade à Satisfação das Necessidades Básicas;</p> <p>3) Ganho de Autonomia Externa.</p>

Fonte: Furtado (1983); (1989) e (1995).

Este quadro sintético permite visualizar alguns elementos teóricos e enquadramentos históricos de que Celso Furtado lança mão a fim de analisar as estruturas sociais geradas pela expansão capitalista em escala mundial. Embora analiticamente haja dois modos de apropriação do excedente, a via mercantil gera uma divisão social do trabalho que põe em

marcha um processo de geração de novos recursos e novas combinações. A mercantilização, em seu movimento expansivo, invade o mundo, impondo o cálculo e a moeda. Em seu esquema teórico, Furtado procura resgatar em Friedrich List [1841] o conceito de sistema de forças produtivas, pois “as atividades produtivas devem ser vistas como um todo articulado”.

As hierarquias, assimetrias e assincronias se impõem. A altíssima concentração material, cultural e geográfica de poder se afirma. O primeiro núcleo industrial demonstra sua impulsão a “unificar a civilização material em todo o mundo”, mas concentra seus impulsos dinâmicos e seu poder em porção territorial bastante restrita, basicamente nos limites e nas adjacências das ilhas britânicas. Em um segundo momento, a concorrência interestatal, “entre os subsistemas nacionais aumentaria consideravelmente a capacidade expansiva do centro em direção a outras áreas”. O deslocamento para o território da América do Norte, por exemplo, é destacado. Finalmente, em um terceiro momento, no bojo do processo de expansão dos circuitos mercantis, estabelece-se uma divisão internacional do trabalho. O mundo se torna marcado pela especialização, rigidamente hierarquizado.

Penso que Furtado nos dá a chave analítica fundamental. Olhar desta forma simples e esquemática é decisivo (neste plano analítico, neste nível de abstração) para se entender os traços mais gerais da história do capitalismo, marcada pelo enquadramento, hierarquia e hegemonia de poucos e restritos espaços nacionais de decisão, frente ao resto.

É neste contexto estrutural que nosso autor enquadra e posiciona a situação histórica periférica. As porções do território mundial dependentes, que têm “suas estruturas econômica e sociais moldadas do exterior, mediante a especialização do sistema produtivo e a introdução de novos padrões de consumo, viriam a constituir a periferia do sistema” (1989: 20). Estabelecido um sistema centro-periferias, ele questiona a natureza das articulações de cada uma das diversas regiões periféricas vis-à-vis o centro cíclico principal e hegemônico do sistema.

Esquematiza o caráter desses nexos centro-periferias, com várias graduações, que vão da apropriação total a variadas apropriações parciais. A cada grau, corresponde níveis de mobilização social. 1) Assim, por exemplo, ao caso primeiro e extremo de apropriação totalmente em benefício do centro, “corresponde o máximo de imobilismo social”; 2) em uma segunda situação, uma parte já é retida na periferia, de modo que

“beneficiários locais do excedente operam dentro de um espaço residual”. Esta situação revela a baixa mobilização social e a força de uma elite local identificada com a metrópole, aculturada e pouco identificada com o território periférico; 3) Num terceiro momento, estas elites já demarcam algum espaço ou nichos de valorização, porém não com o sentido transformativo ou revolucionário de suas congêneres do centro. “As burguesias que lutam pelo controle do sistema de dominação social na periferia não se transformam em instrumento de reconstrução das estruturas sociais, à diferença do que se produziu nas regiões cêntricas em que teve lugar a revolução burguesa. Explica-se, assim, que as maiores diferenças entre o centro e a periferia tendem a ser de natureza social”; 4) Outra opção seria concentrar no Estado o comando estratégico sobre a destinação de parcela do excedente social. Furtado lembra que “a história da periferia apresenta toda uma gama de situações, combinações das quatro formas típicas de apropriação do excedente” (FURTADO, 1989: 21).

Finalmente, neste esquema teórico são apresentadas as vias tentativas (em parte ou no todo fracassadas historicamente) de superação do subdesenvolvimento: 1) estabelecendo um modo de organização coletiva do sistema econômico, que apresentou problemas estruturais: de distanciamento entre os centros de decisão e a população; de engendrar um sistema de incitações às forças e atividades produtivas; 2) priorizando a canalização do excedente para a provisão das necessidades básicas da comunidade e o combate à pobreza, reduzindo sua heterogeneidade social, que revelou dificuldades para reconverter o sistema produtivo a padrões de consumo que não fossem os conspícuos da elite modernizante; 3) tendo uma postura ousada nas relações mercantis internacionais, buscando autonomia externa, que encontrou obstáculos diversos, desde aqueles inovacionais até os comerciais. Esta terceira opção, como de resto todas as outras tentativas de romper com o subdesenvolvimento, encontra enormes constrangimentos políticos, de “identificação das bases sociais de uma estrutura de poder aptas a levá-las à prática”.

Certamente Furtado foi o autor no mundo que mais deu contribuições para o entendimento da natureza da condição de subdesenvolvimento (e a precariedade de seus Centros de Decisão) e dos desafios de sua superação.

Os impasses e constrangimentos estruturais na tarefa de armar vias históricas possíveis e alternativas de se reter e comandar excedente social e colocar em ação as potencialidades de um sistema de forças produtivas,

constituindo um “sistema econômico nacional”, que promova acumulação reprodutiva e homogeneização, de forma simultânea, no tempo e no espaço são hercúleas. Como integrar produtiva e socialmente uma nação, evitando os riscos de fragmentá-la?; Como enfrentar a falta de “homogeneidade social” e os percalços da modernização dos modos de vida miméticos?; Como desatar as energias da criatividade contida e valorizar a riqueza cultural de uma civilização nacional com alta diversidade? Como afirmar a necessidade da presença constitutiva do Estado e do Planejamento para estruturar estratégias concretas de desenvolvimento em ambiente em que nos deparamos com frequentes ciclos conservadores e suas rodadas de neoliberalização?.

A obra de Furtado provê elementos teóricos fundamentais para pensar esses e outros desafios no enfrentamento das forças do atraso.

Seu sistema teórico-analítico é adequado ao estudo da dinâmica das estruturas (por exemplo, as derivadas, de forma mediada, da lógica da acumulação de capital e do funcionamento de parâmetros não-econômicos) e dos agentes e sujeitos (entranhados em interesses e conflitos de facções de classe), que em contextos históricos e territoriais concretos tomam decisões e sofrem reações a essas decisões.

Em sua crítica às posições teóricas do mainstream, Celso Furtado indica que falta a elas apreender a Estrutura (entendida como “proporções e relações que caracterizam um conjunto econômico localizado no tempo e no espaço”) para se elaborar teoricamente acerca do processo de desenvolvimento que seria “o estudo (no tempo) das modificações das matrizes estruturais desses modelos que acompanham a intensificação da divisão social do trabalho, vale dizer: o aumento da produtividade do trabalho no plano macroeconômico e a diversificação da demanda no plano social – é a matéria central da teoria do desenvolvimento” (FURTADO, 1967: 71). É neste sentido que se impõe a investigação das decisões intertemporal dos agentes, da estratificação social, do poder diferencial dos sujeitos, e seus mecanismos de reprodução.

Ressalta justamente que a abordagem histórico-estrutural dos pensadores sociais críticos latino-americanos teve como objetivo principal pôr em evidência a importância dos ‘parâmetros não-econômicos’ dos modelos macroeconômicos. O comportamento das variáveis econômicas é também dependente desses parâmetros. Essa observação é particularmente pertinente com respeito a sistemas econômicos heterogêneos, social e tecnologicamente, como é o caso das economias subdesenvolvidas.

Com efeito, “sem um conhecimento adequado da estrutura agrária não seria possível entender a rigidez da oferta de alimento em certas economias; sem uma análise do sistema de decisões (cujo controle pode estar nas mãos de grupos estrangeiros) não seria fácil entender a orientação das inovações técnicas e sem a identificação do dualismo estrutural não seria fácil explicar a tendência à concentração da renda. Como esses fatores ‘não-econômicos’ – regime de propriedade da terra, controle das empresas por grupos estrangeiros, existência de uma parte da população ‘fora’ da economia de mercado – integram a matriz estrutural do modelo com que trabalha o economista, aqueles que deram ênfase especial ao estudo de tais parâmetros foram chamados de ‘estruturalistas’ ” (FURTADO, 1967: 7).

Outra contribuição revolucionária de Furtado é sua discussão sobre as interações entre Decisões e Estruturas e sua distinção entre microeconomia (teoria das decisões dos agentes cruciais) e macroeconomia (articulação complexa e estrutural das decisões e reações às decisões dos agentes, com forte conteúdo coletivo e natureza política).

Há decisões de diferentes naturezas: “decisões há que visam exatamente a limitar o poder de iniciativa de certos agentes; ou a canalizar esse poder em função de objetivos de ordem mais geral (...) É a partir da identificação dos centros de onde emanam essas decisões destinadas a compatibilizar as iniciativas da multiplicidade de agentes, que exercem poder em graus distintos, que se define o perfil de um sistema econômico. A necessidade de lograr um certo grau de coerência entre as atuações desses centros coordenadores explica a presença de um centro hegemônico” (FURTADO, 1978: 18).

A interpretação furtadiana, contrária à visão das teorias do crescimento equilibrado (que defendiam uma coordenação abrangente de decisões empreendidas simultânea e complementarmente, e com sincronia em vários domínios), discutirá, seguindo Hirschman (1958), a geração dinâmica de diacronias, posto que o processo de desenvolvimento se apresenta enquanto uma cadeia de desequilíbrios. Há, segundo os estruturalistas, um conjunto de elementos em funcionamento peneado de contradições, desbalanceamentos, desproporcionalidades instabilizadoras, que acabam induzindo desdobramentos na intersetorialidade dinâmica do sistema econômico. Tais dinamismos têm seu comando nas macrodecisões de alguns agentes decisivos, isto é, “as cadeias de reações provocadas por decisões autônomas [de atores poderosos], será

possível identificar fatores que aumentam ou reduzem sua capacidade de reação”¹.

Segundo seu esquema teórico (FURTADO, 1967), Decisão pode ser concebida sob dois prismas: 1) como um elemento em uma cadeia (resposta a uma situação dada); 2) como um centro de irradiação, capaz de influenciar o comportamento de outros agentes (capaz de transformar determinada situação social). Furtado diz que as primeiras, de natureza econômica, são provocadas pelos mecanismos de mercado. Mas é a segunda modalidade de decisão que importa, quando se pensa em desenvolvimento, posto que são tomadas por agentes que “creem em condições de poder modificar o curso dos acontecimentos prefigurados pelo mercado”.

Importa entender a propagação das decisões econômicas, distinguindo entre aquelas que apresentam ponderável grau de autonomia, daquelas induzidas. Furtado fala de três decisões autônomas principais: 1) as que dizem respeito ao plano de utilização da renda; 2) as ligadas ao processo de transformação material ao longo dos elos das cadeias de produção; 3) as que criam riqueza renovada (capacidade produtiva nova). Estas últimas, em sua relação dinâmica com as demais, “constitui a matéria do desenvolvimento” (Furtado, 1967: 87).

Após sintetizar as contribuições de Myrdal, Hirschman e Perroux, ele afirma que “o estudo do desenvolvimento tende a concentrar-se na caracterização das estruturas, na identificação dos agentes significativos e nas interações entre determinadas categorias de decisões e as estruturas. Estas condicionam o processo de irradiação e a eficácia no espaço e no tempo das decisões, mas ao mesmo tempo são por elas determinados” (FURTADO, 1967: 92).

Como “toda decisão envolve uma forma de exercício de uma forma de poder”, seria preciso “ver os processos econômicos como cadeia de decisões e estas como estruturas de poder (...) Não existe organização sem coordenação e controle, e para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos (...) todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte

1 Um importante exemplo nos dá Hirschman que discute as situações no subdesenvolvimento da “falta de capacidade para tomar decisões de inversão, mesmo quando existem oportunidades e recursos”, assim seria importante “uma estratégia de desenvolvimento desequilibrada para forçar decisões que, de outro modo, não seriam tomadas” Sunkel e Paz (1971: 38).

temporal, isto é a planejar sua ação (...) neste contexto da economia vista como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente”. Neste contexto, “importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc.” (FURTADO, 1980: 33).

Dentre um vasto conjunto de decisões algumas prevalecem, são macroestratégicas. Essas macrodecisões têm em seu centro o papel dos agentes e unidades dominantes (naquele sentido que lhe ensinou seu professor François Perroux²). Tais agentes são, sobretudo, as empresas oligopólicas transnacionais e o Estado, ambos com força desestabilizadora das cadeias de decisão, pois sua ação se fundam em previsões globais, detêm poder e informações que permitem “uma avaliação antecipada do resultado final da cadeia de reações”.

Assim, é preciso formular macrodecisões³ e empreender ação pública. “Somente o planejamento permite introduzir a dimensão ‘espaço’ no cálculo econômico” Furtado (1999: 56), pois as empresas orientam-se exclusivamente pela ótica privada do retorno de suas inversões de capital, com tendências de ampliação das desigualdades sociais e espaciais no território e somente a ação planificada poderia se contrapor a esta lógica concentracionista.

Qualquer estratégia de desenvolvimento requer uma “ação diretora do Estado sobre o conjunto do sistema econômico”. Furtado diz que “com a análise macroeconômica keynesiana emergiu uma teoria da coordenação das decisões econômicas que valorizaria consideravelmente os centros de decisão a nível nacional” Furtado (1980: 30). Entretanto, poderíamos acrescentar que com a passagem desta macroeconomia do emprego e da renda, inspirada em Keynes, para a atual macroeconomia da riqueza patrimonial e financeira valoriza-se cada vez mais as decisões que pouco buscam transtornar as trajetórias prefiguradas pelo mercado

2 Perroux (1964) analisa importantes elementos do efeito de dominação da unidade empresarial (força contratual e poder de negociação; dimensões e natureza da atividade), afirmando que fatos de dominação, de prestígio, de autoridade, de influência são geralmente negligenciados pela literatura tradicional.

3 Revela-se o papel do Estado, pois “quando um agente está capacitado para prever e identificar ex ante as incompatibilidades entre planos concorrentes, e emprega formas de coação, pública ou privada, para tornar compatíveis ou concordantes os referidos planos, configura-se o caso de uma macrodecisão” (Furtado, 1967: 91).

desregulado.

É imperativo analisar as assimetrias e irreversibilidades na influência de algumas decisões sobre outras. Sobretudo de alguns agentes e a transmissão dos impulsos iniciais de suas decisões (e as reações provocadas) ao longo da cadeia. Este ponto é crucial, pois a visão do mainstream parece acreditar que a situação consensual ex-ante de atores equipotentes será alcançada facilmente.

As reações em cadeia, dependentes do nível de desenvolvimento das forças produtivas e da complexidade e grau de diversificação da estrutura produtiva, possuem poder de encadeamento diverso. As macrodecisões em um contexto ou ambiente macroeconômico são resultante da interação de uma pluralidade de decisões cruciais. São, neste sentido, politizadas por natureza, neste sentido.

Há complexas hierarquias de comando e potência reprodutiva. É preciso por em movimento e fazer operar estímulos e elementos indutores capazes de mobilizar recursos latentes, fatores em reserva, fomentando decisões que liberem potenciais até então não acionados e promovam novas combinações, contagiantes de outras decisões de transformação.

Neste sentido, nas palavras de Furtado, o “comportamento diacrônico das comunidades humanas (que chamo de História) comporta um elemento de intencionalidade que se traduz pelo exercício de opções”. Assim, o Estado legitimado politicamente em torno de vontades e formulando estratégias consistentes, seria o espaço para o exercício de ações no sentido do ampliação do leque de possibilidades, que seria o processo de desenvolvimento.

O conceito furtadiano de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento proposto por Celso Furtado se baseia no estudo da natureza do processo de exercitar opções alternativas frente a uma temporalidade construída mais larga (não-imediatista). Desenvolvimento é e envolve escolhas com autonomia. Capacidade de eleger trajetórias que são construídas e que se apresentam abertas, sujeitas a decisões estratégicas, em ambiente de incerteza e de diferenciação de poder de agentes constituídos ou a constituir. Portanto é um processo inerentemente conflitivo, relacional, contestável e tenso. Ele partiu de uma perspectiva que desenvolvimento necessariamente envolve tempo e espaço nas decisões de como alocar (intertemporalmente, interestacialmente, intersetorialmente etc.) ativos, recursos, capacitações,

produtivamente ou não, ou seja, envolve a questão da destinação do excedente social.

Da discussão da retenção/utilização ou esterilização do excedente brotariam as indagações sobre o poder de comando, abrindo espaço ao Cálculo intertemporal. Atos antecipatórios/“planejados”, com preocupação com um horizonte temporal para além do momentâneo, gerando possíveis vias, trajetórias, estilos e modos de desenvolvimento, vão estruturando e se alimentando das Opções e Alternativas que se vai construindo ou explorando, possibilitando respostas diversas e concretas a problemas concretos.

Assim, a discussão teórica de Furtado começa por procurar entender e formular corretamente a questão da destinação do excedente social⁴. Se pergunta quais são as razões porque algumas sociedades nacionais esterilizam ou desperdiçam o esforço coletivo, excedente, outras tem ele drenado para órbitas improdutivas, enquanto outras experiências logram alta retenção, multiplicação e reprodutividade do mesmo, dando-lhe direção estratégica.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento estaria in nuce contido no de excedente social. Que formas são erigidas, através das quais determinada sociedade extrapola as necessidades momentâneas (engenrando um horizonte temporal), dando uso não conjuntural aos seus feitos coletivos, gerando propósitos não-instantâneos e diretos, podendo eleger opções?

Neste contexto o processo de desenvolvimento deve ser interpretado por suas estruturas, sujeitos e agentes cruciais tomando decisões e provocando reações a decisões. Tudo isso em um contexto histórico em aberto, contingente, à espera de forças sociais que lhe deem conteúdo e sentido e logrem construir trajetórias específicas e autônomas, assentadas em sua específica riqueza cultura e vias plurais alternativas. Ou seja, o processo de desenvolvimento exige a assunção da conflitualidade, a análise da correlação e da dinâmica de ação das facções das classes sociais e a identificação de sujeitos sociopolíticos portadores de decisões transformadoras.

Seria fundamental então atentar para a natureza do cálculo, da decisão e do comando societal sobre certo excedente disponível que uma determinada sociedade promove criativamente. Analiticamente seria

4 A leitura crítica, obrigatória naquele momento, que inspirou tanto Celso Furtado quanto Florestan Fernandes, era o trabalho de Paul Baran (1960) nas discussões sobre excedente social.

importante questionar quais as mediações teóricas e históricas se deveriam construir acerca das decisões estratégicas, o comportamento e a mentalidade classial, isto é, como se estruturam os poderes e as hierarquias que determinam as decisões cruciais sobre como manter ou redistribuir os aumentos de produtividade, da inventividade e dos frutos do trabalho social.

Impõe-se, neste contexto, a discussão da necessidade de análise da natureza das unidades dominantes, nas esferas pública e privada. De averiguar o carácter do Estado, enquanto condensação da conflitualidade dessa sociedade e a racionalidade/mentalidade da classe empresarial. Ou seja, realizar o devido dimensionamento dos poderes público e privados.

Para procurar responder tais questões estruturais seria importante investigar o que Furtado denomina de parâmetros não-econômicos em seus contextos institucionais e históricos. Ele fixou definitivamente sua mensagem convicta de que “não existe o estritamente econômico”: “Não existe uma realidade social cujo estudo seja da competência da economia. A matéria de estudo desta é certa classe de problemas sociais”. Assim, era preciso olhar a história, buscando apreender a diacronia dos processos concretos, nem todos passíveis de serem explicados por meros fatores econômicos. Tinha uma perspectiva analítica de que construir as determinações adequadas (e hierarquizá-las) é o grande desafio das pesquisas na área social, exigentes da construção das requeridas mediações teóricas e históricas. Ou seja, a concretude e a historicidade intrínseca dos processos sociais não poderiam ser negligenciadas, ao se buscar interpretar a recorrência e a reiteração dos processos de desenvolvimento desigual e combinado e as heterogeneidades estruturais (produtivas, sociais, culturais, espaciais etc.) especificamente nacionais, que devem ser convenientemente mediadas e apropriadamente determinadas.

Seria preciso assumir o carácter contingente da história em aberto, pois “mais do que transformação, o desenvolvimento é invenção. As condições requeridas para que este elemento se manifeste com vigor, dão-se historicamente” (FURTADO, 1994: 37).

Neste contexto, fugindo da noção “vulgar” de que desenvolvimento trás consigo inerente sentido de calma, tranquilidade e equilíbrio, é preciso deixar claro que o desenvolvimento significa, por sua própria natureza, um estado de tensão. Significa se predispor o tempo todo, embaraçar, estorvar, transtornar e obstaculizar as forças do atraso estrutural.

Desenvolvimento é a anti-serenidade, a anti-concórdia prévia. É a não “paz de espírito”.

Assim, se o desenvolvimento é invenção, ele é também tensão. É preciso acumular potências sociopolíticas aptas a distorcer a correlação de forças, importunar diuturnamente as estruturas e coalizões tradicionais de dominação e reprodução do poder. É exercer em todas as arenas políticas e esferas de poder uma pressão tão potente quanto o é a pressão das forças que perenizam o atraso e obscurantismo.

Segundo ele, a luta por mais ampla democracia e por maior participação popular nos centros de decisão deve ser uma constante. Uma vez consolidadas, as ações estratégicas pelo desenvolvimento deveriam fundar solidamente estruturas e mecanismos sociais robustos e blindados, capazes de gerar antídotos ao desmantelamento das experiências democráticas. Ou seja, o desafio maior é construir “estruturas sociais que abram espaço à criatividade num amplo horizonte cultural e gerem forças preventivas e corretivas nos processos de excessiva concentração de poder” (FURTADO, 1995: 9).

Natureza específica do processo de subdesenvolvimento

O subdesenvolvimento é a prova cabal da não-unificação e da não-convergência do sistema rumo a uma “monocultura” ou modelo “ótimo” ou superior⁵ de capitalismo, como quer o mainstream. Antes, o é, da pluralidade e da polarização de trajetórias variegadas e vias distintivas no interior dos modos capitalistas de organização social.

Conforme nos ensinou o estruturalismo latino-americano da CEPAL, o subdesenvolvimento não é um estágio rumo a uma situação superior. É, sobretudo, uma malformação estrutural com grande capacidade de persistência, cumulatividade e reprodução. É uma situação de atraso (“quase”) irreversível⁶, no sentido que recorrentemente reforça suas estruturas tradicionais de dominação. Subdesenvolvimento é face e não fase do processo de desenvolvimento. Não é uma etapa no percurso pré-definido de um caminho uniforme de um país “em desenvolvimento”.

5 Vide a importante literatura contemporânea sobre variedades e variegações de capitalismo (Brandão e Souza, 2019), que pode apresentar potencialidades analíticas importantes se posta em diálogo com a obra de Furtado.

6 Importa insistir que Furtado (1995), ao estilizar as três experiências de tentativa histórica de superação do subdesenvolvimento, lembradas acima, tenta demonstrar que todas aquelas vias de enfrentamento encontraram sérias dificuldades ou fracassaram no todo ou em parte.

É uma face do processo global, mundial de expansão do capitalismo. É uma conformação, ou deformação constituinte e singular. Não há um retardo, no sentido de mero atraso, bastando acelerar o passo e se ajustar (como se fosse um corredor retardatário em disputa, em pé de igualdade, com os “campeões”) em uma trajetória com regras pré-estabelecidas por aqueles que trilharam o caminho “correto”. Não é possível “recuperar o tempo perdido”. Há um retardo, no sentido constitutivo-genético, do ser com deformidades estruturais.

Assim, o processo de subdesenvolvimento apresenta pelo menos três características que não podem ser esquecidas: 1) tem marcante persistência (não passa - naturalmente - com o tempo); 2) possui alta cumulatividade (tende a se agravar com o tempo); 3) exhibe alta irreversibilidade, se não for contraposto por forças de enfrentamento/intervenção poderosas, não será superado.

Interessante que as teorias conservadoras coloquem a ênfase no espraio e difusão dos processos modernizadores, utilizando muitas vezes a metáfora das “ondas”. Mas, ao contrário, na realidade, o processo de desenvolvimento não transborda, não espraia, não entorna, não derama, em um certo sentido, “não se difunde”. Ele precisa ser arrancado, tensionado, tirado à força, destruindo privilégios e constituindo novas estruturas de poder.

Furtado procurou realizar, a seu modo, o resgate da problemática da Reprodução das Classes Sociais para se entender a natureza do (sub)desenvolvimento, procurando demonstrar que esta é um problemática atinente à existência, conteúdo e natureza dos Centros de Decisão.

Há a necessidade de construção de elementos teóricos - resgatando a História e as especificidades nacionais em situação de subdesenvolvimento - para entender a dinâmica dos centros de decisão e acumulação de forças políticas para organizar estratégias e respostas políticas com determinação e criatividade, a fim de não seguir “modelos ideais traçados por outros”.

Assim, importaria analisar o contexto em que se constituíram e reproduziram (inconclusa e travadamente) as classes sociais em um ambiente de atraso estrutural e subdesenvolvimento e como o poder conservador se perpetua. Cristalizam-se formas de reprodução de certos tipos e lógicas de dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e reprodutíveis que precisam ser rivalizadas, buscando distorcer a correlação de forças políticas postas no bloco no poder retrógrado. Ou

seja, lidar com o subdesenvolvimento envolveria necessariamente o desmonte da reprodução permanente das estruturas enrijecidas e do sistema de privilégios historicamente cristalizado.

Furtado demonstrou como o subdesenvolvimento é uma estrutura com grande capacidade de persistência e reprodução de estruturas tradicionais e anacrônicas de dominação. Mesmo com aumento do nível médio de vida da população, muitas vezes não se conduz a um processo homogeneização social. Há a contínua reafirmação da dependência, posta a pretensão das elites de imitação da cultura material do capitalismo avançado em um contexto de privação, desfiliação e desabilitação das massas populares.

Nas condições de subdesenvolvimento torna-se necessário acicatar atitudes e iniciativas que rompam com as estruturas anacrônicas e decisões acomodatórias, centradas na manutenção patrimonial do estoque de riqueza velha (líquida e bens de raiz). Nesse contexto, o frágil centro de comando não tem correlação de forças apta a tomar decisões legítimas que rompam com os interesses heterogêneos e, ao mesmo tempo, é carente de capacidade de mobilização das massas de capitais dispersivas e fragmentárias que pudessem ser aglutinadas, alavancadas para constituir núcleo decisório mais soberanos e autônomos. Tal hegemonia política não possibilita nitidez para o Estado priorizar e catalisar inversões que promovam rupturas na situação de subdesenvolvimento. A intenção do agir estratégico envolveria, necessariamente, dimensionar a correlação de forças políticas para avançar na acumulação reprodutiva e na homogeneização social. Por isso, para Celso Furtado “a reflexão sobre o desenvolvimento, ao conduzir a uma progressiva aproximação da teoria da acumulação, com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder, constituiu-se em ponto de convergência das distintas ciências sociais” (Furtado, 1980: 26).

Seria importante constituir e fortalecer forças sociais e políticas insurgentes com o processo de perenização do subdesenvolvimento, buscando conter a exacerbação de “tendências atávicas de nossa sociedade ao elitismo e à opressão social, pois formas mais sutis e insidiosas de dependência, infiltradas nos circuitos financeiros e tecnológicos, vieram substituir a tutela antes exercida pelos mercados externos na regulação de nossas atividades produtivas” (FURTADO, 1985: 11). Dever-se-ia também procurar frear o ímpeto dos “sistemas de símbolo importados que com frequência ressecam nossas raízes culturais” que buscam a

“uniformização dos padrões de comportamento, base da criação de grandes mercados” (FURTADO, 1985: 15).

Intérpretes fundamentais do Brasil, como Caio Prado Jr., Florestan Fernandes e Celso Furtado, em diversas passagens de suas imprescindíveis obras, demonstraram o caráter retrógrado de nossas elites, surgidas do processo predador e primitivo que gerou e manteve o capitalismo brasileiro e que não têm nem apreço por nenhum tipo de transformação social, política ou econômica, nem pela democracia.

Há uma unidade dos donos do poder *vis-à-vis* o heterogêneo e desabilitado conjunto das classes subordinadas no Brasil, tendo por base o travamento do acesso a elementos habilitadores de cidadania, à propriedade e aos direitos. Consolidou-se uma supremacia rentista-mercantil-oligárquica imediatista, centrada no controle da terra, do poder e do dinheiro, na condução do poder de repressão, de expropriação, que soldou um modo de reprodução de certo tipo de dominação interna, com desigualdades estruturadas, sistemáticas e auto-reprodutíveis de poder.

Como Furtado afirmou “em subsistemas dependentes, renunciar a ter objetivos próprios” (1980) é a ruína e o fracasso dos esforços que almejavam construir a nação enquanto uma legítima civilização brasileira.

Em suma, torna-se necessário apreender o processo de desenvolvimento capitalista, suas estruturas e sobre o papel de sujeitos e agentes cruciais tomando decisões e provocando reações a decisões, em um contexto histórico em aberto, contingente, à espera de forças sociais que lhe dê conteúdo e sentido e logrem construir trajetórias mais autônomas, assentadas em sua específica riqueza cultura, e vias plurais alternativas de desenvolvimento. Como “toda decisão envolve uma forma de exercício de uma forma de poder”, seria preciso “ver os processos econômicos como cadeia de decisões e estas como estruturas de poder (...) Não existe organização sem coordenação e controle, e para que se efetivem a coordenação e o controle é indispensável que existam centros diretores capazes de definir objetivos (...) todo centro de decisão tende a aprofundar o seu horizonte temporal, isto é a planejar sua ação (...) neste contexto da economia vista como uma organização, a ideia de planejamento como técnica destinada a elevar a eficiência dos centros de decisão surge naturalmente”. Neste contexto, “importa identificar a natureza do sistema de dominação: seu relacionamento com a estratificação social, seus meios de legitimação, sua organização no espaço, seus meios de reprodução etc.” (FURTADO, 1980: 33).

Considerações Finais

Celso Furtado, no seu centenário, nos deixa uma mensagem consistente de necessidade contínua de construção de cidadania, dignidade, segurança e proteção, com radicalidade democrática, e redistribuição de renda, riqueza, poder e acesso ao Estado, e de desconstrução das forças políticas retrógradas.

Sua obra associa o esforço pelo desenvolvimento recorrentemente aos processos de iniciativa, criatividade, melhorias nos “sistema de incitações”, inventividade e enriquecimento do universo de valores capaz de incrementar a capacidade de ação, superando a passividade e o imobilismo das decisões.

A herança intelectual furtadiana é de que há a necessidade de construção de elementos teóricos - resgatando a História e as especificidades nacionais em situação de subdesenvolvimento – e de centros de decisão e respostas políticas próprias, com vigor e criatividade. Não seguindo “modelos ideais traçados por outros”. Assim, importa analisar o contexto em que se constituíram e reproduziram as variadas frações de classes sociais em um ambiente de atraso estrutural e subdesenvolvimento. Importa investigar como se processa a reprodução de certo tipo de dominação interna, com hegemonia estruturadas e sistemática de poder e elas precisam ser permanentemente estudadas e contestadas.

Celso Furtado propõe um esforço intelectual e político de transformação social que, enraizado em nossas especificidades históricas, seja capaz de lograr a constituição de formas sociais mais acionadoras de nossa criatividade e diversidade cultural, “fazendo aflorar nossas energias contidas”, para desmontar vigorosamente nossas desigualdades e mazelas multidimensionais.

O legado de seu plano de estudos e reflexões nos deixa também uma agenda política de ação: “o ponto de partida do processo de reconstrução que temos de enfrentar deverá ser uma participação maior do povo no sistema de decisões. Sem isso, o desenvolvimento não se alimentará de autêntica criatividade e pouco contribuirá para a satisfação dos anseios legítimos da nação”.

Vivemos momento desolador de reorganização das forças conservadoras no Brasil e no mundo. Celso Furtado sempre lembrava que as trajetórias históricas se encontram em aberto, pois, nas palavras dele “nenhuma derrota é definitiva”...

Referências

BRANDÃO, Carlos (2013). Prefácio In: FURTADO, Celso (2013). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo, Penguin/Companhia das Letras.

BRANDÃO, Carlos y SOUZA, Marcos B. (2018). Variaciones del capitalismo dependiente y subdesarrollado brasileño In: FERNÁNDEZ, Victor y EBENAU, Matthias (orgs.). *Variedades de capitalismo entre centro y periferia: miradas críticas desde América Latina*. Buenos Aires: Miño y Davila.

BRANDÃO, Carlos and SIQUEIRA, Hipólita (2020). *Interpretations of the underdevelopment in Brazil*. In: Oxford Research Encyclopedia of Latin American History. Oxford University Press.

FURTADO, Celso (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

FURTADO, Celso (1967). *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

FURTADO, Celso (1968). *Brasil: da República oligárquica ao Estado militar*. In: FURTADO, Celso (1968). *Tempos modernos*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1969). *Esferas de influência e desenvolvimento: o caso da América Latina*. Separata da Revista Análise Social nº 25 e 26, Lisboa, pp. 50-66.

FURTADO, Celso (1970). *Perfil da procura e perfil do investimento*. Separata da Revista Análise Social nº 27 e 28, Lisboa, pp. 163-187.

FURTADO, Celso (1974). *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1975). *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

FURTADO, Celso (1976). *Prefácio a nova economia política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1978). *Criatividade e dependência na civilização ocidental*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1980). *Pequena introdução ao desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Editora Nacional.

FURTADO, Celso (1989). *A fantasia desfeita*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1989). *Entre conformismo e reformismo*. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9 (4), out./dez. .

FURTADO, Celso (1992) *Brasil: a construção interrompida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1992b). *O subdesenvolvimento revisitado*. Economia e Sociedade, Campinas (1): 5-19, agosto.

FURTADO, Celso (1994). *A superação do subdesenvolvimento*. Economia e Sociedade, Campinas, (3): 37-42, dezembro.

FURTADO, Celso (1998). *O capitalismo global*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (1999). *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2000). *Reflexões sobre a crise brasileira*. Revista de Economia Política, 20 (4): 23-7, out./dez.

FURTADO, Celso (2002). *Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea*. São Paulo, Paz e Terra.

FURTADO, Celso (2013). *Essencial Celso Furtado*. São Paulo, Penguin/ Companhia das Letras.

HIRSCHMAN, Albert O. [1958]. *Estratégia do desenvolvimento*

econômico. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

LIST, Friedrich [1841]. *Sistema Nacional de Economia Política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

MANNHAIM, Karl (1940). *Man and society in an age of reconstruction: studies in modern social structure*. Londres, Harcourt, Brace & World.

MYRDAL, Gunnar (1957). *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas*. Rio de Janeiro, Saga.

PERROUX, François (1964). *A economia do século XX*. Lisboa, Herder, 1966.

ROSTOW, Walt W. [1959]. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.